AVALIAÇÃO DE EFETIVIDADE DE PROJETOS DE ORDENAMENTO TERRITORIAL DO FUNDO AMAZÔNIA

Capacitar para Conservar — ECAM

JUNHO 2023

Avaliação de efetividade de Projetos de Ordenamento Territorial do Fundo Amazônia

Esta avaliação temática foi realizada por consultores/as independentes sob a coordenação da cooperação técnica entre o BNDES e a Cooperação Alemã para o Desenvolvimento Sustentável por meio da *Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit* (GIZ) GmbH. As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade dos/as autores/as, não refletindo necessariamente a posição da GIZ ou do BNDES. As recomendações apresentadas não são prescritivas nem obrigatórias.

Equipe de avaliação

Consultores Independentes
Ana Cristina Barros
Rafael Luís Fonseca

Coordenação da Avaliação (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit – GIZ GmbH)

Emily Brandão
Bernardo Anache

Identidade Visual e Diagramação

João Bosco Gouvea Ramos

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Brasil, junho de 2023

cooperação alemã
DEUTSCHE ZUSAMMENARBEIT

Por meio da:

giz Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

BNDES

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

SUMÁRIO

Ficha do Projeto 6

1. RESUMO DO PROJETO 6

2. LÓGICA DE INTERVENÇÃO 7

3. METODOLOGIA 8

4. RESULTADOS 9

4.1. Objetivo Geral do Fundo 9

4.2. Componente de Ordenamento Territorial 9

4.3. Relacionamento com Instituições 10

5. GESTÃO E MONITORIA 10

6. CONCLUSÕES 11

7. SALVAGUARDAS DE REDD+ E CRITÉRIOS TRANSVERSAIS 11

VOLTE AO SUMÁRIO A QUALQUER MOMENTO! BASTA CLICAR NO ICONE

LISTA DE ABREVIAÇÕES

AAC	Agentes Ambientais Comunitários
AAV	Agentes Ambientais Voluntários
ACTS	Acordos de Cooperação Técnica
APA	Área de Proteção Ambiental
BASA	Banco da Amazônia
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CAD	Comitê de Ajuda ao Desenvolvimento
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CARF	Cadastro Rural Fundiário
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CLUA	Climate and Land Use Alliance
CNI	Confederação Nacional da Industria
COFA	Comitê Orientador do Fundo Amazônia
ECAM	Equipe de Conservação da Amazônia
FIG	Federação Internacional de Guarda-Parques
GIZ	Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit GmbH
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICMS	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
Ideflor-Bio	Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará
Imazon	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
IN	Instrução Normativa
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPE	Ministério Público Estadual
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ONU	Organização das Nações Unidas
PEAA	Plano Estadual Amazônia Agora
PMV	Política dos Municípios Verdes do Pará
PPCDAm	Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal
RAE	Relatório de Avaliação de Efetividade
RAR	Relatório de Avaliação de Resultados
REDD+	Redução de Emissões provenientes de Desmatamento e Degradação Florestal (+ conservação de estoques de carbono florestal, manejo sustentável de florestas e aumento de estoques de carbono florestal)
SAF	Sistemas Agroflorestais

SEMA	Secretaria de Estado do Meio Ambiente
SEMAS	Secretaria Estadual de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável
SESI	Serviço Social da Indústria
SICAR	Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural
SIGAM	Sistema Integrado de Gestão Ambiental Municipal
STN	Secretaria do tesouro Nacional
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TdR	Termo de Referência
TI	Terras Indígenas
UC	Unidades de Conservação
UNFCCC	Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, do inglês United Nations Framework Convention on Climate Change
USAID	United States Agency for International Development

FICHA DO PROJETO

Título do projeto:	Capacitar para conservar
Instituição responsável:	Equipe de Conservação da Amazônia (Ecam)
Período do projeto:	2014-2021
Escopo territorial:	Áreas protegidas no estado do Amapá
Beneficiários:	Gestores/as e membros dos conselhos de gestão de Unidades de Conservação da Natureza (UCs) e moradores/as dessas UCs e seus entornos
Objetivo:	Formar agentes ambientais e gestores/as visando o fortalecimento das áreas protegidas no estado do Amapá
Valor total do projeto:	R$ 1.404.360,67
Valor do apoio do Fundo Amazônia:	R$ 1.404.360,67

Fonte: Fundo Amazônia/BNDES.

1. RESUMO DO PROJETO

As Unidades de Conservação da Natureza (UCs) têm um papel estratégico na redução do desmatamento. Porém, a gestão dessas unidades constitui um grande desafio em toda a Amazônia, dadas as dimensões de seus territórios e a limitação de recursos disponíveis para sua conservação. Essa questão tem particular relevância no estado do Amapá, dada a representatividade das UCs na área total de seu território (62% de todo o estado).

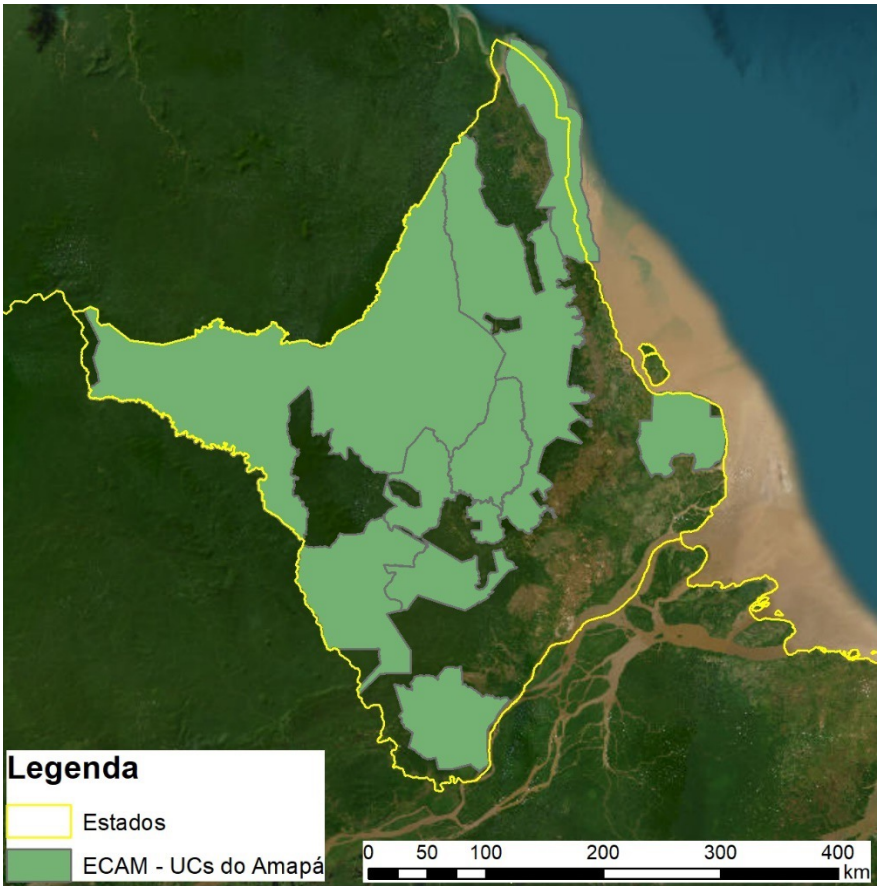
As UCs do estado do Amapá são federais, estaduais e municipais, tanto de proteção integral quanto de uso sustentável. O objetivo básico das UCs de proteção integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto de seus recursos naturais. Já o objetivo básico das UCs de uso sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela de seus recursos naturais.

O projeto *Capacitar para Conservar* teve como objetivo formar agentes ambientais e gestores/as, visando a consolidação da gestão das áreas protegidas no estado do Amapá. Para tanto, foram estruturados cursos de formação e capacitação de agentes ambientais e guarda-parques, voltados a um público amplo, e cursos avançados com foco no aprimoramento da implementação de políticas públicas em UCs, especificamente para gestores/as e membros dos conselhos de gestão das UCs.

A organização responsável pela execução do projeto foi a Equipe de Conservação da Amazônia (ECAM), uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) criada em 2002 e que atua junto a povos indígenas e comunidades tradicionais, visando à conservação do meio ambiente e ao manejo sustentável de seus territórios. A ECAM realiza projetos nos estados do Amapá, Amazonas, Rondônia, Roraima e Pará.

Para apoiá-la na definição dos temas a serem ministrados, na divulgação junto ao público interessado e na realização dos cursos, a ECAM contou com a parceria do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Secretaria Estadual de Meio Ambiente do Amapá (Sema-AP) e do Instituto Estadual de Florestas do Amapá (IEF).

Figura I: Localização da área de atuação do projeto *Capacitar para Conservar* da ECAM



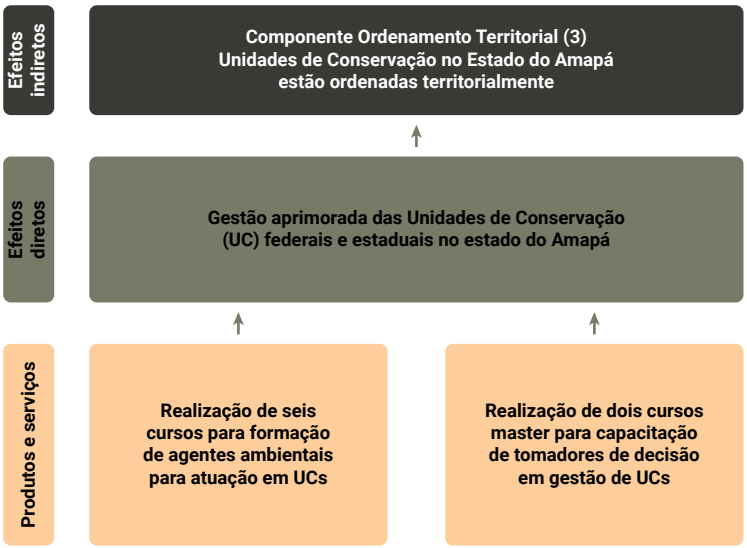
Fonte: Elaboração própria dos autores

2. LÓGICA DE INTERVENÇÃO

O projeto *Capacitar para Conservar* insere-se na Componente Ordenamento Territorial (3) do Quadro Lógico do Fundo Amazônia. Seu efeito direto foi assim definido: "Gestão aprimorada das Unidades de Conservação (UC) federais e estaduais no estado do Amapá".

A capacitação de agentes ambientais e gestores/as na proteção de UCs envolve o treinamento de pessoas que ali atuam. Isso contribui para a redução da perda de cobertura vegetal nessas áreas protegidas e, portanto, para o objetivo geral do Fundo Amazônia de "redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável na Amazônia".

Figura II: Árvore de Objetivos do Quadro Lógico do projeto Capacitar para Conservar.



Fonte: Fundo Amazônia/BNDES.

3. METODOLOGIA

Os critérios e as metodologias utilizadas nesta avaliação de efetividade do projeto *Capacitar para Conservar* seguiram os procedimentos apresentados no Relatório de Desenho da Avaliação da Efetividade.

A coleta de informações para esta avaliação foi realizada entre dezembro de 2022 e março de 2023, de cinco formas principais:

a. **Análise documental:** do pacote de documentos das avaliações de efetividade chamado de *memorandum*, que contêm os termos de referência do trabalho e os relatórios produzidos ao longo do tempo de vida dos projetos, a saber:
   - Descrição do projeto disponíveis no site do Fundo Amazônia
   - Relatórios de Desempenho (RED): relatórios periódicos preenchidos pelo beneficiário
   - Relatório de Avaliação de Resultados (RAR): preenchido pelo beneficiário e encaminhado ao BNDES junto com o último relatório de desempenho;
   - Relatório de Avaliação de Efetividade (RAE): elaborado pelo beneficiário, depois da conclusão do projeto
   - Materiais produzidos pelos projetos, disponíveis no site do Fundo Amazônia.

b. **Pesquisa de dados secundários:** dados de desmatamento;

c. **Entrevistas remotas**: entre dezembro de 2022 e fevereiro 2023, a equipe de avaliadores/as, com suporte da GIZ e dos beneficiários, procedeu com entrevistas iniciais com os/as responsáveis/as pelos projetos, com atores externos indicados por eles/as, com uma seleção própria de especialistas e com outros atores envolvidos.

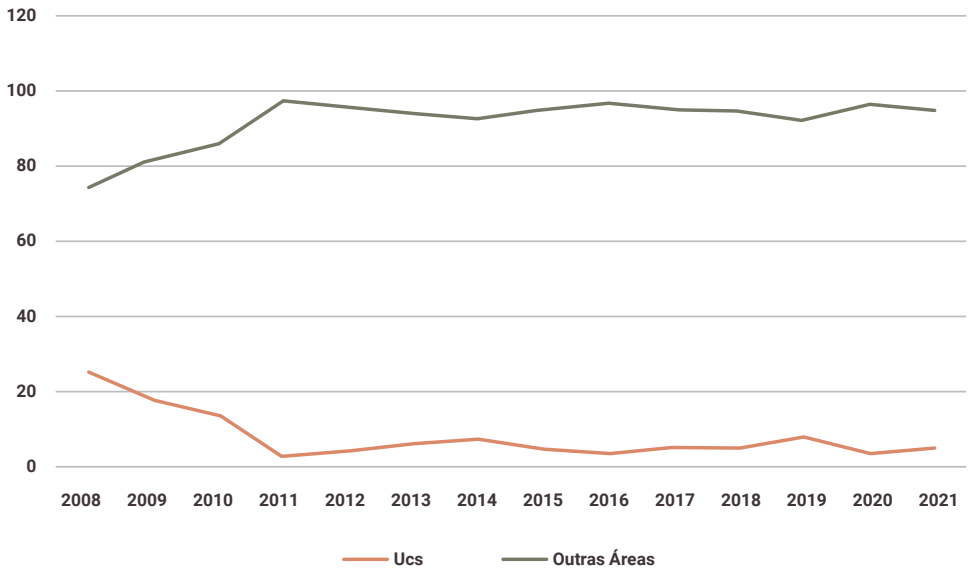
d. **Missão de campo:** os/as avaliadores/as e representantes da GIZ realizaram uma missão de campo extensiva a Macapá (AP), com visitas a sede do ECAM e a parceiros.

4. RESULTADOS

4.1. OBJETIVO GERAL DO FUNDO

O objetivo geral do Fundo Amazônia e, em consequência, dos projetos que apoia, é reduzir desmatamento na Amazônia, com desenvolvimento sustentável. No caso do projeto *Capacitar para Conservar*, quando se compara o desmatamento ocorrido nas UCs do Amapá em relação ao resto da área do estado também não se observa uma mudança de tendencia devido as ações do projeto (Figura III). Apesar das áreas desmatadas em UCs serem bem menores, a reta se mantém estável ao longo dos anos de execução do projeto.

Figura III: Evolução do desmatamento em Unidades de Conservação do Amapá



Fonte: Elaboração própria dos autores

Para correta interpretação do gráfico apresentado, é importante ressaltar que o combate direto ao desmatamento não foi o foco e tampouco o resultado principal a ser conquistado no projeto *Capacitar para Conservar*. Por outro lado, considerando a natureza das ações realizadas, como treinamentos e capacitações, pode-se inferir que, a longo prazo, o projeto pode colaborar sim para uma redução do desmatamento ilegal. É um efeito indireto importante, mas impossível de se notar resultados imediatos em campo.

4.2. COMPONENTE DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

O projeto *Capacitar para Conservar* logrou concluir a formação de 123 guarda-parques/agentes ambientais, em seis edições do curso, além de realizar mais duas edições do "Curso Master", avançado em conteúdo de gestão, atendendo 38 pessoas[1]. O projeto alcançou todo o estado do Amapá a

1. Como relatado no item sobre efeitos indiretos, a experiencia da ECAM e parceiros na formação de guarda-parques foi publicada no livro *Olhares e diálogos para a gestão territorial: Formação de Guarda-parques comunitários para a conservação em áreas protegidas*, descrevendo o processo de formação de guarda-parques desde a origem, já tendo formado 450 indivíduos.

partir de um de amplo leque de colaboração entre a ECAM, ICMBio, Sema-AP, secretarias municipais, UNIFAP, Instituto de Pesquisas Científicas e Ecológicas do Amapá (Iepa), Associação de Guarda-Parques do Amapá (AGPA), Associação Brasileira de Guarda-parques (ABG), Federação Internacional de Guarda-parques (FIG), World Wildlife Fund (WWF) e o Núcleo de Educação Científica do Instituto de Biologia da Universidade de Brasília (NecBio/IB/UnB).

O projeto reporta, ainda, que 16 UCs no estado do Amapá foram beneficiadas com a atuação de guarda-parques formados/as pelo projeto, mas a avaliação de efetividade não obteve evidências disso.

A confirmação da aplicação dos conhecimentos e da atuação dos/as profissionais treinados também não foi feita de forma sistemática. Os registros dos relatórios, assim como os achados da missão de campo e das entrevistas, evidenciaram vários casos isolados que ilustram a aplicação dos treinamentos. Seis guarda-parques formados/as pelo projeto atuam no BioParque da Prefeitura de Macapá, selecionados/as por concurso (outros/as seis, também contratados/as, formaram-se em edições anteriores dos treinamentos). Relatos também dão conta de que as Unidades da Reserva Extrativista (Resex) do Cajari, a Estação Ecológica de Maracá e a Área de Proteção Ambiental (APA) da Fazendinha, têm guarda-parques com ligação ao projeto avaliado. As atribuições dos/as guarda-parques são várias, com destaque para o monitoramento da biodiversidade em unidade federal e manutenção e apoio em empreendimentos de turismo de base comunitária.

O fortalecimento da Associação de Guarda-Parques do Amapá (AGPA) foi reportado no projeto, mas não evidenciado durante a avaliação de efetividade, exceto pela presença do seu presidente em reuniões. Não há uma sede física ou website da AGPA, que também não dispõe de uma contabilidade dos seus associados, governança ou projetos.

O amplo conteúdo programático dos cursos favoreceu a articulação de parcerias e representou uma oportunidade de construção de redes de contato e conhecimento para os/as participantes. Também merecem destaque os investimentos do projeto *Capacitar para Conservar* nos itens associados à comunicação, permitindo à ECAM realizar os módulos à distância previstos nos cursos master para gestores.

4.3. RELACIONAMENTO COM INSTITUIÇÕES

Ao longo da execução do projeto *Capacitar para Conservar*, a ECAM conseguiu atrair e mobilizar diversos parceiros além dos já anteriormente mencionados, com destaque para a Federação Internacional de Guarda-parques (FIG), a Associação Brasileira de Guarda-parque (ABG), o Instituto de Pesquisas Científicas e Ecológicas do Amapá (Iepa), o World Wildlife Fund (WWF) e a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), que emitiu certificados para os alunos que concluíram os cursos ministrados pelo projeto.

5. GESTÃO E MONITORIA

O projeto *Capacitar para Conservar* possuía uma participação ativa de instituições que, além de proporem ementas, colaboravam na avaliação da performance do ciclo e dos/as alunos/as. Esse acompanhamento próximo da implementação era viabilizado pelo fato que os/as representantes das organizações parceiras eram os/as instrutores/as dos cursos. A administração financeira e logística era da ECAM.

6. CONCLUSÕES

Esta Avaliação de Efetividade indica que o projeto *Capacitar para Conservar* atendeu apropriadamente os critérios da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para avaliação de políticas públicas e foi relevante e coerente com as políticas de combate ao desmatamento da Amazonia. Sobre os indicadores de efetividade do Fundo Amazônia, o projeto abordou questões críticas para a redução do desmatamento e gestão de Unidades de Conservação (UCs), focando as ações na formação de guarda-parques.

Foram capacitadas 322 pessoas em atividades relacionadas à gestão de florestas públicas e áreas protegidas. Em relação à abrangência territorial das UCs às quais os/as alunos/as selecionados/as para as ações de capacitação deveriam estar vinculados, a meta ficou abaixo do esperado. Isso se explica pelas exigências da seleção pública, na qual não foi possível garantir que todas as UCs do estado tivessem representantes.

O projeto foi implementado em fases, o que permitiu à ECAM realizar ajustes para potencializar os resultados esperados. Na formação das primeiras turmas, por exemplo, identificou-se que a participação das mulheres em resposta aos editais estava baixa. Esse fato acabou sendo objeto de um módulo específico de debate na terceira turma, à qual foi solicitada a tarefa de divulgação do edital para o público feminino de suas localidades após o retorno às comunidades. Essa ação resultou no aumento significativo da participação de mulheres nas turmas subsequentes.

De forma geral, a sustentabilidade dos resultados é baixa e os resultados tendem a serem dissipados com o tempo caso não haja esforços de manutenção. Ações de treinamento e capacitação requerem esforços contínuos para atualização do conhecimento ou mesmo capacitação de novos atores. Profissionais formados/as em comunidades, ainda que utilizados/as pela máquina pública, precisam de avanços na regulamentação para possibilitar a contratação desses/as profissionais.

Um resultado extremamente importante obtido pelo projeto foi a incorporação de seus conteúdos em iniciativas de política pública regional, tais como: i) a adoção do currículo desenvolvido pelo projeto como um dos critérios de contratação pelo ICMBio para novos/as brigadistas de UCs; ii) a utilização dos conhecimentos adquiridos em ações para geração de renda aliadas à conscientização sobre a conservação da biodiversidade; e iii) o fortalecimento institucional da Associação de Guarda-parques do Amapá (AGPA).

7. SALVAGUARDAS DE REDD+ E CRITÉRIOS TRANSVERSAIS

SALVAGUARDAS DE REDD+

Salvaguarda	Atende	Observação
1. Ações complementares ou consistentes com os objetivos dos programas florestais nacionais e outras convenções e acordos internacionais relevantes.		
Os projetos mostraram estar alinhados com o PPCDAm e os planos estaduais de prevenção e controle do desmatamento?	Sim	O projeto realizou diversas capacitações que podem colaborar, mesmo que de forma indireta, para redução de desmatamento.

A quais outras políticas públicas federais ou acordos internacionais os projetos demonstraram alinhamento? Em quais aspectos?	Sim	O projeto atuou para consolidação de UCs, estando alinhado à politica do Sistema Nacional de Unidades de Conservação.
O projeto contribuiu ou poderiam vir a contribuir direta ou indiretamente para a redução das emissões por desmatamento ou degradação florestal? De que forma?	Em parte	As ações não possuiam o objetivo real de redução das emissões. Porém, uma vez que os resultados podem colaborar para reduzir o desmatamento, é possível inferir que colaboram indiretamente para a redução das emissões.
2. Estruturas de governança florestais nacionais transparentes e eficazes, tendo em vista a soberania nacional e a legislação nacional.		
Em que medida os projetos promoveram a articulação entre diversos atores (setor público, privado, terceiro setor ou comunidades locais)? Foi feito uso de instâncias de governança compartilhada? Quais?	Sim	O projeto realizou articulações entre esferas municipais, estaduais e federais. Também contou com articulações com entidades da sociedade civil. Em alguns casos, a responsabilidade de ações foram compartilhadas.
Em que medida os projetos contribuíram para fortalecer os instrumentos públicos e processos de gestão florestal e territorial?	Sim	O projeto atuou diretamente na articulação entre o ICMBio, órgão federal, e os órgãos estaduais de gestão das UCs (Instituto Florestal do Amapá, à época) e IdeflorBio, no Pará, com planos e ações de campo conjuntos.
3. Respeito pelo conhecimento e direitos dos povos indígenas e membros de comunidades locais, levando-se em consideração as obrigações internacionais relevantes, circunstâncias e leis nacionais e observando que a Assembleia Geral da ONU adotou a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.		
Em que medida os projetos influenciaram os direitos constitucionais associados à posse e destinação formal da terra na sua área de atuação?	Não	O projeto não teve foco em questões fundiárias.
Em que medida os projetos influenciaram o uso sustentável dos recursos naturais na sua área de atuação?	Em parte	As capacitações realizadas na formação de guarda-parques colaborou para o uso sustentável de recursos naturais. Por exemplo, pessoas capacitadas pelo projeto podem atuar em ações de monitoramento da biodiversidade e de recursos naturais.
Se os projetos tiveram como beneficiários diretos povos indígenas, comunidades tradicionais ou agricultores familiares: seus sistemas socioculturais e conhecimentos tradicionais foram considerados e respeitados ao longo dos projetos?	Em parte	Não foi contemplado de forma direta a participação de povos indígenas, comunicadas tradicionais ou agricultores familiares. Embora pessoas de comunidades tenham participado das capacitações realizadas pela Ecam.
Há efeitos que interferem com o modo tradicional de vida destes grupos? Que tipo de efeitos: na organização social, econômica ou do uso de espaços e recursos disponíveis? De que forma interferem: positivamente, negativamente ou ambos?	Em parte	A formação de guarda-parques que são moradores/as da região colabora para o efeito multiplicador, com a conscientização da comunidade sobre a conservação dos recursos presentes no território.
4. Participação plena e efetiva das partes interessadas, em particular povos indígenas e comunidades locais, nas ações referidas nos parágrafos 70 e 72 da Decisão 1/CP 16.		

De que forma os projetos garantiram o consentimento prévio e a forma local/ tradicional de escolha dos representantes dos seus beneficiários (especialmente dos povos indígenas e das comunidades tradicionais)?	Não	O projeto não teve foco específico em ações que demandavam representantes para ações. As capacitações, eram abertas e sua participação estimulada de forma geral.
Quais instrumentos participativos de planejamento e gestão os projetos aplicaram durante o planejamento e a tomada de decisão?	Não	Não foi previsto instrumentos participativos para gestão especificamente com povos indígenas e comunidades locais.
Em caso de projetos com fins econômicos: eventuais benefícios advindos dos projetos foram acessados de forma justa, transparente e equitativa pelos beneficiários, evitando uma concentração de recursos?	Não	Não era foco do projeto.
Em que medida os projetos proporcionaram ao público em geral e aos seus beneficiários o livre acesso e fácil entendimento às informações relacionadas a ações dos projetos?	Em parte	As capacitações eram abertas e sua participação estimulada. Porém não houve uma divulgação de material e informações específicas para comunidades.
Os projetos conseguiram montar um bom sistema de monitoramento de resultados e impactos? Os projetos monitoraram e divulgaram de forma sistemática os resultados realizados e os seus efeitos?	Não	O projeto não apresentou mecanismos concretos de monitoramento de resultados.
5. Ações consistentes com a conservação das florestas naturais e diversidade biológica, garantindo que as ações referidas no parágrafo 70 Decisão 1/CP 16 não sejam utilizadas para a conversão de florestas naturais, mas sim para incentivar a proteção e conservação das florestas naturais e seus serviços ecossistêmicos e para melhorar outros benefícios sociais e ambientais.		
Como os projetos contribuíram para a ampliação ou consolidação de áreas protegidas?	Sim	A consolidação de áreas protegidas era objeto central do projeto e seus resultados foram alcançados por meio de capacitação profissional, engajamento comunitário e planejamento integrado da atuação governamental.
Como contribuíram para a recuperação de áreas desmatadas ou degradadas?	Não	Não eram previstas atividades de recuperação de áreas degradas.
Em caso de atividades de restauração e reflorestamento de áreas, as metodologias empregadas priorizaram espécies nativas?	Não	Não eram previstas atividades de restauração e reflorestamento de áreas.
Em que medida os projetos contribuíram para estabelecer modelos de recuperação com ênfase no uso econômico?	Não	Não foi previsto uma contribuição para estabelecer modelos de recepuração com ênfase no uso economico.
6. Ações para tratar os riscos de reversões em resultados de REDD+		
Quais fatores constituem riscos à permanência de resultados de REDD+? Como os projetos os abordaram?	Não	O projeto não reportou nos relatórios e entrevistas procedimentos de gestão de riscos, seja de execução, seja de reversão de resultados de emissões.
7. Ações para reduzir o deslocamento de emissões de carbono para outras áreas		
Houve deslocamento das emissões evitadas pelas ações dos projetos para outras áreas?	Não	Não foram detectados padrões possíveis de deslocamento de emissões do projeto para outras áreas.

CRITÉRIOS TRANSVERSAIS

Critérios transversais		Atende	Observação
Redução da pobreza	Em que medida os projetos contribuíram de forma efetiva para alternativas econômicas que valorizam a floresta em pé e o uso sustentável de recursos naturais?	Em parte	O projeto não previu alternativas economicas para valorizar a floresta em pé e o uso sustentavel dos recursos. Porém, promoveu atividades econômicas geradoras de emprego e renda baseadas na conservação e no uso sustentável da biodiversidade.
	Em que medida os projetos influenciaram positivamente na redução de pobreza, na inclusão social e na melhoria nas condições de vida dos beneficiários que vivem na sua área de atuação?	Em partes	O projeto não tinha objetivos específicos de redução de pobreza, mas contribuiu para a ocupação formal da população associada às UCso, como guarda-parques.
	Os projetos conseguiram promover e incrementar a produção em cadeias de valor de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros, originados em manejo sustentável?	Não	Não era foco do projeto a atuação em cadeias de valor.
Equidade de gênero	O projeto trouxe de forma agregada alguns resultados e impactos nas questões de gênero	Sim	O projeto trabalhou questões de gênero, incluído tratamento específico a esses públicos e relatando discussões em grupo sobre essa temática, incluindo questões de assédio, durante a realização dos treinamentos.
	Como os projetos contribuiu para a equidade de gênero?	Sim	Foi estimulada a participação de mulheres para formação de agentes comunitários/as. Isso foi identificado no levantamento em campo.
Articulação de Políticas Públicas	Foi possível articular o projeto com políticas públicas de abrangência territorial e estadual?	Sim	O projeto teve articulação com várias politicas municipais, estaduais e federais. As politicas de consolidação de UCs foram mais evidentes, porém também foi identificado monitoramento da biodiversidade e fiscalização ambiental.
Segurança Alimentar e Nutricional	O projeto contribuiu para a segurança alimentar e nutricional dos beneficiários?	Não	Não era foco do projeto.
	O projeto conseguiu inserir os beneficiários em políticas e programas de segurança alimentar e nutricional?	Não	Não era foco do projeto.

cooperação alemã
DEUTSCHE ZUSAMMENARBEIT

Por meio da:

giz Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH

BNDES

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE E MUDANÇA DO CLIMA

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO